

Ministério da Defesa**COMANDO DA MARINHA
GABINETE DO COMANDANTE****PORTARIA Nº 121/MB, DE 11 DE ABRIL DE 2011**

Altera a denominação e o propósito dos Depósitos Navais e dá outras providências.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 4º e 19, da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, art. 26, inciso V do Anexo I ao Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, e de acordo com o disposto no art. 2º, da Portaria nº 108/MB, de 30 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Alterar os art. 1º e 2º da Portaria nº 0285, de 12 de maio de 1995, e o art. 1º da Portaria nº 0053, de 29 de janeiro de 1996, do Ministro de Estado da Marinha, que dispõem sobre a criação dos Depósitos Navais, os quais passam a vigorar com as seguintes alterações:

§ 1º Os Depósitos Navais passam a ter a denominação de Centros de Intendência da Marinha, assim designados: Centro de Intendência da Marinha em Belém (CeIMBe); Centro de Intendência da Marinha em Ladário (CeIMLa); Centro de Intendência da Marinha em Manaus (CeIMMa); Centro de Intendência da Marinha em Natal (CeIMNa); Centro de Intendência da Marinha em Rio Grande (CeIMRG);

Centro de Intendência da Marinha em São Pedro da Aldeia (CeIMSPA); e

§ 2º Os Centros de Intendência da Marinha passam a ter o propósito de contribuir para a prontidão dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, sediados ou em trânsito em suas respectivas áreas de responsabilidade, bem como dos estabelecimentos de terra por eles apoiados.

Art. 2º O Comando de Operações Navais baixará os atos complementares que se fizerem necessários à execução desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

JULIO SOARES DE MOURA NETO
Almirante-de-Esquadra

**TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL****PAUTA DE JULGAMENTO**

Processos em pauta para julgamento na sessão do dia 26 de abril de 2011 (Terça-Feira), às 13h30min:

Nº 22.066/2006 - Embargos de Declaração Nº 02/2010, interposto em 20OUT2010.

Acidente da navegação envolvendo o BM "ALMIRANTE MOREIRA VII" com uma pedra submersa, no rio Amazonas, nas proximidades do município de Terra Nova, Amazonas, em 16 de novembro de 2005.

Relatora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Embargante : Ivaldo do Nascimento (Prático inabilitado)
Advogado : Dr. André Souza Lopes (DPU/RJ)
Embargada : Decisão do Tribunal de 14JUN2010
Representados : José Moreira de Azevedo (Proprietário)
Advogado : Dr. Edson de Moura Pinto Filho
Edson Viana de Castro (Conductor) - Revel
Ivaldo do Nascimento (Prático inabilitado)
Advogada : Drª Regina Taube (DPU/RJ)
Raimundo Larays Uchoa (Piloto Fluvial)
Advogado : Dr. Edson de Moura Pinto Filho
Nº 24.066/2009 - Fato da navegação envolvendo o bote/baleeira "CASA GRANDE", ocorrido na lagoa do Imaruí, Imbituba, Santa Catarina, em 11 de dezembro de 2008.

Relator : Exmª Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmª Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Roberto Fernandes da Rosa (Conductor)
Advogado : Dr. João Batista dos Santos
Nº 24.231/2009 - Fato da navegação envolvendo a escuna "MAR ADENTRO" e um Passageiro, ocorrido nas proximidades da praia da Longa, Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 04 de dezembro de 2008.

Relator : Exmª Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmª Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Genilson de Brito Oliveira (Mestre)
Advogada : Drª Juliana Duarte Régent Martins
Nº 23.384/2008 - Acidente da navegação envolvendo as embarcações "MARAJÁ II" e "SANTA ROSA R", na praia de Governador Celso Ramos, Florianópolis, Santa Catarina, em 06 de outubro de 2006.

Relator : Exmª Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmª Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : João Manoel da Costa (Contramestre)
Advogada : Drª Cristiane Santiago de Almeida (DPU/RJ)
Secretaria do Tribunal Marítimo, em 12 de abril de 2011.

**ATA DA 6.622ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 2011 (QUINTA-FEIRA)**

Ausente o Exmº Senhor Juiz-Presidente Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA.

Presidência do Exmº Sr. Juiz Vice-Presidente SÉRGIO CEZAR BOKEL, Secretário do Tribunal a Bacharela DINÉIA DA SILVA, Secretária Substituta.

Às 13h30min, presentes os Exmºs Srs. Juízes MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, FERNANDO ALVES LADEIRAS, SÉRGIO BEZERRA DE MATOS e NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS:

Nº 25.383/2010 - Fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "REBELO XIX" com a balsa "CVRA-01" e um barco de madeira sem nome, na baía de Marajó, nas proximidades dos Furos do Arrozal e do Capim, Pará, em 14 de agosto de 2008.

Relator: Exmª Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmª Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria. Representados: Arlindo Serra dos Santos, Wanderson Heleno Amador de Azevedo e Welton Amador de Azevedo.

Nº 25.471/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo a embarcação "GOTA NEGRA" e um jet-ski com duas pessoas a bordo, ocorridos no lago da barragem de Ernestina, Rio Grande do Sul, em 20 de fevereiro de 2010.

Relator: Exmª Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmª Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Representados: Valmir da Cruz Abreu Júnior (Conductor inabilitado) e Rogerio Denario Konrath (Proprietário/Conductor).

Nº 25.521/2010 - Fato da navegação envolvendo a embarcação "TALISMA I" e um Mergulhador, ocorrido nas proximidades da praia de Rio do Fogo, Rio Grande do Norte, em 15 de maio de 2010.

Relator: Exmª Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmª Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Representados: Raimundo Soares do Nascimento (Proprietário/Mergulhador), Almir Soares do Nascimento (Mangueiroiro), Reinaldo Soares do Nascimento (Proeiro/Mangueiroiro), Misael Silva de Freitas (Mergulhador) e Manoel Gomes Júnior (Mergulhador).

JULGAMENTOS:

Nº 23.722/2008 - Fato da navegação envolvendo o BP "ZIZE" e seus Tripulantes, ocorrido nas proximidades da praia do Tabuleiro, Barra Velha, Santa Catarina, em 14 de setembro de 2007.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmª Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Representado: Carlos Alberto Harmel (Conductor) - Revel. Decisão unânime: julgar procedente a representação da Douta Procuradoria, fls. 78 a 81, considerando o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54 e suas consequências como decorrente da conduta imprudente do representado CARLOS ALBERTO HARMEL, condenando-o à pena de Reprisensão, prevista no art. 121, inciso I, c/c artigos 127; 128; e 139, inciso IV, letra "d", todos da mesma lei 2.180/54, com redação dada pela Lei nº 8.969/94. Custas na forma da lei. O Exmo Sr. Juiz-Revisor votou com a Exmª Srª Juíza-Relatora porém na Causa Determinante excluiu a expressão "sem vestir o colete salva-vidas, equipamento obrigatório para a preservação das vidas de qualquer embarcação", no que foi acompanhado pelo Exmª Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos, os demais Juízes votaram com a Exmª Srª Juíza-Relatora.

Nº 23.979/2009 - Fato da navegação envolvendo os BP "TIAGO LAMAS", "TIAGO LAMAS II", "TIAGO LAMAS III" e "LAMAS XIII", ocorrido na foz do rio Cassiporé, Amapá, em 31 de julho de 2007.

Relator: Exmª Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria. Representado: Veriano de Amaral Siqueira (Comandante) (Advª Drª Carol Regina Xavier Rocha). Decisão unânime: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "f", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência do representado, responsabilizando VERIANO DO AMARAL SIQUEIRA, condenando-o à pena de multa de R\$ 300,00 (trezentos reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e §5º, da mesma lei. Custas na forma da lei. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas as infrações aos art. 11; art. 15, inciso II; art. 23, inciso VIII; e art. 19, inciso I, todos do RLESTA, cometidas por Ubaldo de Magalhães Lamas Júnior e Maria do Perpétuo Socorro Dias Lamas, proprietários das embarcações.

Nº 22.727/2007 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "ARETHISA II", ocorrido na praia do Curral, Ilhabela, São Paulo, em 06 de novembro de 2006.

Relator: Exmª Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmª Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria. Representado: André Rubim Podolsky (Proprietário) - Revel. Decisão unânime: julgar procedente a representação apresentada pela Douta Procuradoria em razão do acidente da navegação constante do art. 14, letra "a" (naufrágio) para condenar o representado ANDRÉ RUBIM PODOLSKY, à pena de reprisensão e multa de R\$ 100,00 (cem reais), com base no disposto no art. 121, incisos I e VII, cumulado com o art. 124, inciso IX, todos da Lei nº 2.180/54 e custas.

Esteve presente, pela Procuradoria, o Advogado da União, Dr. LUIS GUSTAVO NASCENTES DA SILVA.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 14h45min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmª Sr. Presidente e por mim, Secretária Substituta.

Tribunal Marítimo, em 7 de abril de 2011.

NO IMPEDIMENTO DE: LUIZ AUGUSTO
CORREIA
Vice-Almirante (RM1)
Juiz-Presidente

SÉRGIO CEZAR BOKEL
Juiz Vice-Presidente

DINÉIA DA SILVA
Secretária
Substituta

Ministério da Educação**SECRETARIA EXECUTIVA****PORTARIA Nº 315, DE 12 DE ABRIL DE 2011**

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares e considerando: a) o imperativo de conferir maior racionalidade gerencial e administrativa aos programas e projetos da área de educação, com o sentido de ampliar a eficiência, a eficácia e a transparência no uso dos recursos; b) o propósito de implantar a gestão unificada e uniformizar os procedimentos gerenciais dos projetos de cooperação internacional do Ministério visando a prevenir dispersão e pulverização de esforços e meios e a eliminar superposições e duplicidade de ações, resolve:

Art. 1º Determinar a transferência, de imediato, para a órbita de responsabilidade da Secretaria de Educação Básica (SEB), a gestão do Projeto 914BRA1109 "Escola Aberta: Educação, Cultura, Esporte e Trabalho para a Juventude".

Art. 2º - A Unidade Gestora do Projeto ficará subordinada à Chefia de Gabinete da Secretaria de Educação Básica, a quem competirá exercer ou delegar competências inerentes à execução do Projeto para:

Ordenar despesas e praticar atos de gestão orçamentária e financeira;

Normatizar, considerando os preceitos da legislação vigente sobre o tema, o funcionamento do Projeto;

Fixar diretrizes e padrões técnicos de execução das ações inerentes ao Projeto de forma articulada, se for o caso, com outras Secretarias cujas ações tenham sinergia com os resultados previstos no Projeto;

Elaborar os planos anuais de implementação e os relatórios de progresso e de prestação de contas solicitados pelos órgãos de controle e, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE);

Praticar todos e quaisquer outros atos, no limite de sua competência institucional, para assegurar a eficiente gestão dos resultados e o cumprimento dos objetivos destes nos termos pactuados no Projeto; e,

Exercer a representação do Ministério de Estado da Educação junto aos organismos internacionais e aos órgãos nacionais, bem como demais entidades, instituições, estados e municípios, quando for o caso.

Art. 3º - Para a execução do disposto nesta Portaria a SEB contará com os recursos humanos e a infraestrutura física disponíveis para a gestão operacional e executiva do Projeto.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

**COMITÊ GESTOR DA PREPARAÇÃO
E DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS
DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ACORDOS
INTERNACIONAIS****RESOLUÇÃO Nº 1, DE 31 DE MARÇO DE 2011**

Dispõe sobre normas e procedimentos a serem adotados no âmbito dos Projetos de Cooperação Internacional

O PRESIDENTE DO COMITÊ GESTOR DA PREPARAÇÃO E DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ACORDOS INTERNACIONAIS - CGCOP, no uso de suas prerrogativas legais que lhe são conferidas pelos Artigos 1º e 2º da Portaria nº 4.060, de 10 de dezembro de 2004 de criação do CGCOP e considerando:

a necessidade de haver um eficaz controle na execução dos projetos de cooperação internacional;

a necessidade de uniformizar e aprimorar os procedimentos administrativos para contratação de consultoria dentro de projetos de cooperação técnica internacional executados no âmbito do Ministério da Educação;

a necessidade de estabelecer fluxos para elaboração de documentos de projetos submetidos à aprovação do CGCOP;

a necessidade de reforçar/disseminar entendimentos e recomendações estabelecidas pelo CGCOP e pelos órgãos de controle, resolve:

Art. 1º- Na forma do Anexo I desta Resolução, aprovar Norma Operacional nº 001/2011 destinada a:

Fixar regras de conteúdo e de tramitação de Termos de Referência, bem como fluxos de processos seletivos de contratação de consultoria, no âmbito de projetos de cooperação técnica internacional.

Estabelecer fluxos de aprovação de propostas de Documentos de Projeto (Prodac) e, reforçar o atendimento integral às recomendações dos órgãos de controle.

Art. 2º- Instar a Secretaria Executiva do CGCOP para zelar pelo cumprimento da citada Norma Operacional.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES